



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

EDUARDA ATAÍDE AQUINO

CONCEPÇÕES DE MÃES DE CRIANÇAS ATÍPICAS ACERCA DA INCLUSÃO EM
UMA IGREJA EVANGÉLICA DE CABEDELO

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Célia Maria Cruz Marques

JOÃO PESSOA - PB
2024

EDUARDA ATAÍDE AQUINO

CONCEPÇÕES DE MÃES DE CRIANÇAS ATÍPICAS ACERCA
DA INCLUSÃO EM UMA IGREJA EVANGÉLICA DE
CABEDELO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Célia Maria Cruz Marques

Aprovado em: 09 / 10 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Célia Maria Cruz Marques

Prof.^a Dr.^a Célia Maria Cruz Marques (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Amanda Trajano Batista

Prof.^a Dr.^a Amanda Trajano Batista (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

Flávia Moura de Moura

Prof.^a Dr.^a Flávia Moura de Moura (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A657c Aquino, Eduarda Ataíde.
Concepções de mães de crianças atípicas acerca da
inclusão em uma igreja evangélica de Cabedelo / Eduarda
Ataíde Aquino. - João Pessoa, 2024.
38 f. : il.

Orientação: Célia Maria Cruz Marques.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Inclusão. 2. Psicopedagogia. 3. Igreja. I.
Marques, Célia Maria Cruz. II. Título.

UFPB/CE CDU 279.123:376(043.2)

RESUMO

Pensar na efetivação da inclusão de pessoas com deficiência em diferentes contextos e grupos sociais, inclusive nas instituições religiosas, é fundamental. A pessoa com deficiência tem o direito de estar em qualquer espaço que deseje e as instituições precisam se dedicar cada vez mais para incluí-las. O presente trabalho tem como objetivo analisar as concepções de mães de crianças atípicas a respeito das práticas inclusivas em uma igreja evangélica do município de Cabedelo/PB. Participaram da pesquisa 09 (nove) mães de crianças atípicas, entre 27 e 61 anos de idade. Aplicou-se um questionário estruturado com 26 perguntas, sendo 10 de natureza sociodemográfica, e 16 sobre a concepção das mães sobre a inclusão na igreja. Para descrição da amostra do estudo, foi utilizado o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*, versão 21). Para análise das respostas, foi utilizada a técnica da Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados obtidos levaram à observação de que se faz necessário intensificar o trabalho para ampliar a compreensão da comunidade religiosa estudada a respeito da importância da inclusão de pessoas com deficiência. O papel da psicopedagogia foi reconhecido pelas participantes como uma prática que pode ajudar na implementação de práticas inclusivas na instituição religiosa. Para estudos futuros e ações institucionais devem considerar não somente as concepções das mães sobre seus filhos com deficiência, mas também o assessoramento de profissionais da psicopedagogia no aprimoramento e elaboração de planos e ações inclusivas.

Palavras-chave: inclusão; psicopedagogia; igreja.

ABSTRACT

Considering the effective inclusion of individuals with disabilities in diverse contexts and social groups, including religious institutions, is essential. People with disabilities possess the right to participate in any space they choose, and institutions must increasingly commit to their inclusion. This study sought to analyze the perceptions of mothers of children with disabilities regarding inclusive practices within an evangelical church in Cabedelo, PB. Nine mothers of children with disabilities, aged between 27 and 61, participated in the research. A structured questionnaire comprising 26 questions, including 10 sociodemographic items and 16 focused on maternal perceptions of inclusion within the church, was administered. For the sample description of the study, the SPSS software (Statistical Package of the Social Sciences, version 21) was used. Bardin's Content Analysis was employed to analyze the responses. The findings revealed a need to intensify efforts to broaden the religious community's understanding of the significance of including individuals with disabilities. The participants acknowledged the role of psychopedagogy as a valuable tool in implementing inclusive practices within the religious institution. Future research and institutional initiatives should not only consider maternal perceptions of their children with disabilities but also incorporate the expertise of psychopedagogy professionals in developing and refining inclusive plans and actions.

Keywords: inclusion; psychopedagogy; church.

1 INTRODUÇÃO

O tema da *inclusão* tem sido amplamente abordado ao longo das últimas décadas, sobretudo em função da crescente conscientização a respeito da necessidade de garantia dos direitos fundamentais a todas as pessoas, independente de suas condições socioeconômicas, físicas, ou intelectuais. É importante ressaltar que o conceito de inclusão é amplo no que se refere a suas aplicações, visto que ele pode ser pensado em contextos diversos (Amiralian, 2005; Plaisance, 2015).

Um desses contextos é o educacional, em que ainda hoje são enfrentados desafios relevantes, como a falta de capacitação por parte de educadores e a escassez de recursos pedagógicos que permitam adaptações necessárias que garantam a implementação de, por exemplo, um ensino mais inclusivo nas instituições educacionais (De Lima *et al.*, 2023).

Outros contextos institucionais em que são observados processos de ensino e aprendizagem apresentam, também, a necessidade por maior atenção no que diz respeito à inclusão, a exemplo das igrejas. Nas instituições religiosas, esses processos são voltados para o ensino de valores e princípios associados às crenças que fundamentam a visão de mundo de cada religião, o que as tornam espaços importantes para as práticas inclusivas (Gohn, 2014; Valle, 2005).

Na igreja evangélica, então classificada como uma instituição religiosa, são ensinados valores e princípios que fundamentam a fé cristã, os quais representam elementos importantes para aqueles que optaram por segui-la. Portanto, as igrejas representam não somente um espaço de convivência comunitária, como também desempenham um papel essencial na formação moral, na socialização de jovens, e na ampliação da inclusão social de pessoas com deficiência (Ramos, 2013; Strelhow, 2018).

Ainda que a inclusão de pessoas com deficiência nas igrejas seja um tema relevante e necessário, sobretudo se considerado o seu caráter institucional e educacional, pesquisas sobre como práticas inclusivas têm sido implementadas nesta instituição são escassas e representam uma lacuna notável na literatura. Vale ressaltar, este é um campo de estudo que pode ser explorado de diversas maneiras, uma vez que o tema da *inclusão* nas igrejas é vivenciado por variadas perspectivas, dos voluntários que atuam como educadores aos responsáveis das crianças atípicas que fazem parte da instituição (Banks, 2019; Costa-Renders, 2011).

Nessa perspectiva, é necessária a inserção de práticas que promovam a inclusão de pessoas com deficiência dentro das igrejas, bem como a contribuição de um profissional que direcione a liderança infantil (sejam ministros, professores voluntários, auxiliares, familiares) para aprimorar a compreensão sobre a inclusão e garantir a capacitação daqueles envolvidos

nestas práticas. O psicopedagogo, enquanto profissional que atua diretamente com processos de aprendizagem, pode intervir nesse cenário sob uma ótica voltada ao ensino, por meio da orientação de voluntários sobre os métodos, recursos e materiais utilizados. (Cunha, 2020; Egg; De Paula Junior; Uchimura, 2021).

A importância de um profissional da psicopedagogia para este contexto se justifica pelo fato de que, em seu trabalho, ele deve sempre considerar questões que, de alguma maneira, influenciam esses processos de aprendizagem, como características gerais (física, intelectual), condições socioeconômicas e culturais. Todas essas questões são relevantes para não somente a leitura do contexto em que se está inserido, como para intervenções subsequentes que tenham como proposta a implementação de práticas inclusivas na instituição (Bertoldi; Brzozowski, 2020).

Com base nas discussões até então apresentadas, pode-se entender a justificativa do presente trabalho a partir das seguintes proposições.

A implementação de práticas inclusivas dentro da igreja é fundamental, uma vez que a igreja é, sobretudo, uma instituição, e desempenha um papel importante na formação de valores e princípios éticos das pessoas que pertencem à denominação. Além desse aspecto, destaca-se a necessidade de compreensão de que as pessoas com deficiência precisam ter o seu direito assegurado de "liberdade de consciência e de crença" bem como de participar e estar em qualquer contexto social que escolha tal como garante nossa Constituição Federal no artigo 5º, incisos VI e XV respectivamente (Brasil, 1988).

Apesar da relevância desse tema, há uma escassez de estudos na área da psicopedagogia que abordem questões de aprendizagem e práticas inclusivas de crianças atípicas dentro do contexto religioso. As mães, como principais educadoras e protagonistas no desenvolvimento dessas crianças, têm uma visão única e relevante sobre a eficácia dessas práticas inclusivas. Faz-se, portanto, necessário, que sejam realizados estudos com objetivo de avaliar a compreensão das mães de crianças atípicas a respeito das práticas inclusivas adotadas pela igreja, contribuindo para um entendimento mais profundo e fundamentado sobre como essas instituições podem melhorar seu papel educacional e inclusivo.

Mediante isso, este estudo tem como problema de pesquisa a seguinte indagação: quais as concepções de mães de crianças atípicas acerca da inclusão dentro da igreja evangélica?

O trabalho tem como objetivo geral analisar as concepções de mães de crianças atípicas a respeito das práticas inclusivas em uma igreja evangélica do município de Cabedelo/PB. E como objetivos específicos se propôs a: 1) avaliar as concepções das mães sobre o conceito de

inclusão; 2) descrever as principais necessidades das crianças atípicas, ligadas ao diagnóstico; 3) mapear as concepções das mães sobre as práticas inclusivas dentro da igreja.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. INCLUSÃO, SOCIEDADE E CONTEXTO BRASILEIRO

As discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência têm sido intensificadas, sobretudo, nas últimas décadas, de modo que tem assumido significativa relevância nos âmbitos social, político e educacional em contexto brasileiro (Deus *et al.*, 2021). O sentido principal do termo a inclusão de pessoas com deficiência remete à ideia de que grupos minoritários (em relação ao ambiente em que estão inseridos) apresentam necessidades por medidas inclusivas para evitar o caráter excludente nestes ambientes específicos (Freire, 2008).

No Brasil, a inclusão faz parte de um conjunto de políticas nacionais, de modo que a noção diz respeito tanto a diferentes aspectos da sociedade, tais como emprego, transportes, escolarização, quanto a populações diferentes, como pessoas em condição de vulnerabilidade social, afro-brasileiros e pessoas com deficiência (Plaisance, 2015). A garantia de inclusão enfrenta, no Brasil, diversos desafios, entre os quais poderiam ser citados a persistência do preconceito, a falta de informação, a insuficiência de capacitação dos educadores e responsáveis, o baixo investimento, e a precariedade na infraestrutura (De Souza; Silva, 2020; De Paula Junior; Egg; Uchimura, 2021).

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDPD/MDHC), em 2022, a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, correspondente a 8,9% da população dessa faixa etária. Das 18,6 milhões de pessoas com deficiência, 10,7 milhões sendo mulheres, cerca de 10% da população feminina. O Nordeste foi a região com o maior percentual de população com deficiência registrada na pesquisa, com 5,8 milhões.

A partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), em 2019, destacou-se a Paraíba apresentando o segundo maior percentual de pessoas com deficiência do país. A pesquisa observou que as pessoas com deficiência representaram 10,7% da população do estado. Quando considerada somente a faixa etária entre 2 e 9 anos de idade, 1,5% (cerca de 332 mil crianças) apresentam deficiência visual, dado obtido a nível nacional. Com relação à faixa etária citada, não foram obtidos dados a nível estadual.

A implementação de práticas inclusivas é necessária por diversos motivos, sendo um dos principais a promoção da socialização a todas as crianças (Edwards *et al.*, 2019). A

importância da garantia de socialização para as crianças se baseia na observação de que, em termos de desenvolvimento humano, a socialização representa um processo fundamental relacionado à maturação de estruturas cognitivas e emocionais (Papalia & Martorell, 2022).

No âmbito jurídico, a Constituição Federal de 1988 representou um marco importante para a inclusão no Brasil. Em específico, o Art. 205 determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Complementar a isso, o Art. 206 (inciso I) estabelece “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Anos depois, a Declaração de Salamanca (1994), um documento internacional que influenciou diversas leis em diferentes países, foi importante para nortear o estabelecimento de princípios, políticas e práticas na área das *necessidades educacionais especiais*. Alguns pontos relevantes abordados são a educação inclusiva, adaptação curricular e metodológica, participação da comunidade no processo educacional, entre outros. No que se refere à educação de pessoas com deficiência, é estabelecido que “as escolas devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”.

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96), é garantido o direito à educação inclusiva, assegurando que estudantes com deficiência sejam inseridos nas escolas. A LDB é a que fundamenta todo o currículo acadêmico de ensino, bem como o que é esperado para a idade cronológica e escolar do aluno. Ademais, assegura que o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado gratuito para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Convenção de Guatemala (1999), colaborou com a promulgação do Decreto nº 3.956/2001 no Brasil, o qual contribui com a garantia de direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, do mesmo modo que para pessoas sem deficiência. A partir disso, qualquer situação de exclusão ou diferenciação atribuída à deficiência, de maneira que restrinja ou interfira no exercício desses direitos, é considerado um ato de discriminação.

Nos anos 2000, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) determinou que “os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão [...]”.

Em 2008, a Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva promoveu um grande avanço no âmbito jurídico, de maneira que propôs uma reestruturação na organização curricular e estrutura geral escolar a fim de que todas as pessoas fossem incluídas. Portanto, a perspectiva passa a assegurar e integrar a proposta pedagógica do ensino regular, alinhada a traçar diretrizes capazes de atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Ao considerar pessoas com deficiência, o texto oficial define as crianças como público-alvo, o qual sugere uma atenção às particularidades educativas dessas crianças, às suas singularidades e, por conseguinte, opõe-se à delimitação de diagnósticos médicos ou psiquiátricos (Nabuco, 2010).

Atualmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), promulgada em 2015, abrange o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) que, no artigo 27, ressalta:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único: É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Desse modo, pode-se compreender que o acesso à inclusão é direito e liberdade fundamental às pessoas com deficiência, em igualdade de condições. A LBI proíbe, por exemplo, a dificuldade do acesso a esses estudantes ou rejeição para realizar a matrícula na instituição, bem como, a taxa adicional para garantir acompanhamento devido à deficiência.

2.2. PSICOPEDAGOGIA E A INCLUSÃO NA IGREJA

De acordo com a Lei nº 10.825 sancionada em 2003, o Art. 1. prevê “as organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado”, a saber que:

Art. 44.

IV - organizações religiosas;

§ 1º: são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

A igreja é uma entidade instituída e reconhecida por ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações, e, desse modo, é entendida como uma instituição. Além disso, ressalta-se que esta instituição é um espaço de educação não-formal de ensino e aprendizagem, de modo que se torna necessária a implementação de práticas inclusivas (Gadotti, 2005). Complementar a isso, Gohn (2014) ressalta que é necessário considerar os ambientes de ensino-aprendizagem não-formais levando em conta os espaços socioeducativos, como as associações comunitárias, e instituições de ensino como as igrejas.

Dentro da igreja evangélica, a aprendizagem pode ser observada, por exemplo, na Escola Bíblica Dominical (EBD). Na maioria das igrejas, a EBD é dividida em faixas etárias, o que permite melhor elaboração de uma estratégia pedagógica adaptada à realidade de cada grupo de crianças. O objetivo da EBD é o ensino da fé cristã, dos princípios e valores bíblicos, e da evangelização, os quais são realizados por grupos de voluntários que, com apoio de um material didático, planejam e executam as atividades conforme cronograma de aulas definido (Ramos, 2013; Silveira, 2020).

Ao considerar as práticas educacionais no contexto religioso, faz-se imprescindível a inserção das crianças com deficiência, através de uma participação ativa para que adquiram autonomia e independência, interajam, compartilhem e desfrutem de todas as experiências promovidas pelo ambiente. A inclusão dessas pessoas na vida da comunidade cristã é equivalente a trazer a presença de Cristo a elas e guiá-las de acordo com suas necessidades individuais, em harmonia com a criação divina (Da Silva Souza, 2019).

Para pensar formas de inclusão dentro da igreja a partir de uma perspectiva psicopedagógica, é preciso observar como estas práticas têm sido implementadas e reconhecidas em outras instituições em que é observada a aprendizagem, como as escolas.

No contexto escolar, a inclusão tomou formas diversas, a exemplo da criação de escolas específicas para crianças com deficiência. Porém, essa estrutura se mostrou excludente e segregadora, visto que em vez de se construir acesso a estas crianças, criou-se um ambiente adaptado às suas limitações. Atualmente, acredita-se que o modelo de educação mais adequado é incluir as pessoas com deficiência no contexto regular, respeitando suas limitações e estimulando suas habilidades (Arantes; Mantoan; Prieto, 2023; Plaisance, 2015).

O âmbito institucional apresenta inúmeros déficits e carências, os quais são motivos essenciais para que a atuação psicopedagógica possa atenuá-los, visto que apresenta características específicas diferentes das do âmbito privado de atendimento individual. Pode-se considerar uma boa instrumentação que ajude a desenvolver outras vertentes de trabalho, outros enquadres eficazes possíveis, outras abordagens à problemática da aprendizagem. A

busca criativa também atua como chave para encontrar um espaço lúdico e criativo nesse processo (Fernandéz, 2001).

Segundo Menezes *et al.* (2015), embora o processo de inclusão escolar seja desafiador é de suma importância para a pessoa com deficiência, o engajamento e a capacitação de profissionais da educação, com destaque ao psicopedagogo, podem viabilizar o processo na prática. O papel do psicopedagogo é de, por exemplo, assessorar o professor para identificar e compreender as dificuldades e habilidades do estudante com deficiência, a fim de planejar conteúdos, adaptar materiais e recursos, e possibilitar a aplicação de tais estratégias (Bertoldi; Brzozowski, 2020).

A atuação psicopedagógica deve ser alinhada à via de conhecer e saber manusear métodos e técnicas específicos que visam garantir o desenvolvimento de habilidades e agregar conhecimentos, de acordo com as especificidades de cada indivíduo (Barbosa; De Souza Pelogia, 2022). A utilização dessas técnicas media as relações entre criança e instituição, uma vez que as possibilidades de trabalho se relacionam ao mapeamento da capacidade cognitiva de aprendizado, tornam o currículo funcional para cada aluno, além disso, desenvolve estratégias e metodologias diferentes (Cabral; Falcke; Marin, 2021).

Vale ressaltar que essas discussões sobre a implementação de práticas inclusivas nas escolas a partir do campo de atuação psicopedagógica representam somente um ponto de partida para se pensar a inclusão dentro das igrejas. A necessidade da implementação destas práticas dentro da igreja deve exigir adaptações específicas ao contexto institucional em questão.

No contexto religioso, a psicopedagogia pode ser, por exemplo, uma ferramenta de capacitação dos voluntários para ajudá-los a identificar e compreender as necessidades das crianças com deficiência. Além disso, profissionais da psicopedagogia podem orientar os pais quanto a maneiras de lidar melhor com certas demandas, como também garantir apoio por meio da elaboração de estratégias adequadas às crianças com deficiência para obter progresso nas práticas de inclusão (Brandão, 2023).

3 MÉTODO

3.1. DELINEAMENTO

Este estudo se trata de uma pesquisa descritiva e exploratória, do tipo ex-post facto, com uma abordagem de análise quantitativa e qualitativa.

3.2. PARTICIPANTES

As colaboradoras desta pesquisa foram 09 (nove) mães de crianças atípicas e membros de uma instituição religiosa ligada à denominação evangélica, na cidade de Cabedelo/PB. Todas as participantes são casadas (100%; $f=9$) com idades variando de 27 a 61 anos ($M=39.22$; $DP=9.98$). Ademais, foram obtidas informações do questionário sociodemográfico de cada criança, que foram contabilizadas 09 (nove), com idades entre 6 a 10 anos ($M=8.00$; $DP=1.22$), estudantes do Ensino Fundamental I (do 2º ao 5º ano), e que frequentam a igreja.

3.3. INSTRUMENTOS

Elaborou-se um questionário estruturado em 4 domínios de forma online, pelo *Google Forms*, com o tempo médio de preenchimento de 15 minutos, em que constam 26 perguntas, 07 (sete) de natureza sociodemográfica voltadas às questões da responsável e 03 (três) de natureza sociodemográfica voltadas às questões da criança, com o intuito de caracterizar os participantes deste estudo (APÊNDICE B).

3.4. PROCEDIMENTO

O presente trabalho respeita e tem por base as Resoluções nº 466/2012 (BRASIL, 2012) e 510/2016 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde visto que se direciona aos seres humanos. Da mesma forma, preza pela liberdade e consentimento dos participantes, de modo que dispôs do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que foram esclarecidas as informações relevantes acerca da pesquisa (APÊNDICE A).

O questionário foi elaborado pelo *Google Forms*, e encaminhado por meio de um *link*, via *WhatsApp* e *Instagram*. No primeiro momento, explicou-se a cada participante as etapas da pesquisa e foram dadas orientações básicas sobre como responder o questionário. Reforçou-se, também, que diante de quaisquer dúvidas a participante poderia solicitar ajuda à pesquisadora. Todo o processo de orientação mencionado acima foi realizado através de áudios gravados e enviados pelo WhatsApp.

3.5. ANÁLISE DOS DADOS

Para a descrição da população na amostra do estudo, realizou-se uma análise quantitativa no software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*, versão 21), e foram ponderados indicadores da estatística descritiva (medidas de tendência central e de dispersão, distribuição de frequência e percentual). No que se refere à análise qualitativa, para as respostas do roteiro de entrevista, utilizou-se a técnica da Análise do Conteúdo de Bardin (2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo geral foi analisar as concepções de mães de crianças atípicas a respeito das práticas inclusivas em uma igreja evangélica do município de Cabedelo/PB. No que se refere aos objetivos específicos, as propostas foram: 1) avaliar as concepções das mães sobre o conceito de inclusão; 2) descrever as principais necessidades das crianças atípicas, ligadas ao diagnóstico; 3) mapear as concepções das mães sobre as práticas inclusivas dentro da igreja. A fim de atingir os objetivos propostos, as respostas das participantes foram organizadas em três categorias gerais, apresentadas no Quadro 1.

1) avaliar as concepções das mães sobre o conceito de inclusão; 2) descrever as principais necessidades das crianças atípicas, ligadas ao diagnóstico; 3) mapear as concepções das mães sobre as práticas inclusivas dentro da igreja.

Quadro 1. Concepções de mães de crianças atípicas a respeito da inclusão em uma igreja evangélica de Cabedelo.

Categorização		
Objetivo Específico I Avaliar as concepções das mães sobre o conceito de inclusão	Objetivo Específico II Descrever as principais necessidades das crianças atípicas, ligadas ao diagnóstico	Objetivo Específico III Mapear as concepções das mães sobre as práticas inclusivas dentro da igreja
Categoria I Concepção Materna Sobre a Inclusão	Categoria II Necessidades das Crianças Atípicas	Categoria III Concepção Materna Sobre a Inclusão na Igreja
Subcategoria I Definição de Inclusão	Subcategoria I Aspectos Diagnósticos	Subcategoria I Participação das Crianças nas Atividades
Subcategoria II Concepção Social da Inclusão	Subcategoria II Condições Específicas da Criança	Subcategoria II Estrutura e Suporte da Igreja
Subcategoria III A Importância da Inclusão	Subcategoria III Atividades e Preferências	Subcategoria III Visão Sobre o Papel da Psicopedagogia

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Visando atender o primeiro objetivo específico (avaliar as concepções das mães sobre o conceito de inclusão) foram consideradas as respostas das participantes nas questões 1 a 5

(ver APÊNDICE B). Com a finalidade de melhor identificar os eixos de discussão para o trabalho, essa primeira categoria foi organizada em três subcategorias, descritas no quadro 1.

A Subcategoria I foi intitulada *Definição de Inclusão* e contemplou as questões 1 e 2. No que se refere ao *corpus*, foram englobados aspectos de compreensão das mães sobre o conceito de inclusão antes de ter o(a) filho(a) com deficiência à percepção atual sobre a temática. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 2.

Quadro 2. Subcategoria I

Categoria I - Concepção Materna Sobre a Inclusão Subcategoria I - Definição de Inclusão		
Subcategoria I Definição de Inclusão	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	1: Antes de ter um filho com deficiência, já tinha ouvido falar sobre inclusão? Se sim, o que ouviu sobre o tema?	“Não, sempre existiu o respeito, mas a inclusão é algo muito novo, que ouvi depois do filho com deficiência”; “Sim, muitas famílias falavam sobre a discriminação e o quanto era difícil incluir seus filhos nas atividades [...]”.
	2: Em suas palavras, como a inclusão pode ser definida?	“Defino como igualdade, ser tratado e colocado de igual para igual, sem diferença”; “A inclusão para mim é sobre incluir e socializar as crianças com deficiência na nossa sociedade que é muito preconceituosa”; “Para mim pode ser definida como acolhimento, não só para a criança, mas para toda a família”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 2, buscou-se compreender um pouco sobre a perspectiva das participantes a respeito da inclusão. Na questão 1, em que foi perguntado se as responsáveis já tinham ouvido falar sobre inclusão antes de ter um filho com deficiência, observou-se que apenas 2 participantes deram uma resposta positiva e descreveram, de forma breve, o que ouviram da experiência de outras famílias sobre o assunto. As demais participantes relataram que as informações sobre inclusão não haviam chegado ao seu conhecimento antes

do filho com deficiência. Ainda na subcategoria discutida, as participantes responderam, na questão 2, em suas palavras, como a inclusão poderia ser definida. Diante disso, identificaram-se nas falas das participantes definições em comum sobre a temática, como a igualdade, a relevância da socialização e o acolhimento.

A Subcategoria II foi intitulada *Concepção Social da Inclusão* e contemplou a questão 3. No que se refere ao *corpus*, foi englobado o aspecto sobre a visão das mães em relação à sociedade, levantou-se o questionamento se há compreensão acerca da ideia de inclusão por parte das pessoas. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3. Subcategoria II

Categoria I - Concepção Materna Sobre a Inclusão		
Subcategoria II - Concepção Social de Inclusão		
Subcategoria II Concepção Social de Inclusão	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	3: Acredita que as pessoas em nossa sociedade compreendem do que se trata a inclusão? Por que? Comente brevemente sobre isso.	“Não, muitas pessoas falam de inclusão, mas não incluem, na primeira dificuldade já separa, já exclui. [...]”; “Não, nem todas as pessoas entendem! Por que geralmente olham com olhos de julgamento e muitas vezes até com desprezo. Essa é a realidade, infelizmente!”; “A grande maioria não. [...] ainda tem muito preconceito, falta conhecimento sobre o assunto”; “Algumas sim, a maioria não. As pessoas estão voltadas para elas mesmas, nem todos se importam com o próximo!”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 3, buscou-se entender melhor se as participantes acreditam que a sociedade compreende do que se trata a inclusão. O entendimento geral obtido das respostas foi o de que a sociedade não compreende a realidade das crianças atípicas, suas dificuldades e necessidades. Um elemento importante presente no relato das participantes foi o preconceito, o qual, segundo elas, agrava a exclusão.

A Subcategoria III foi intitulada *A Importância da Inclusão* e contemplou as questões 4 e 5. No que se refere ao *corpus*, foram englobados aspectos de relevância da inclusão, e quais suas implicações e contribuições às famílias e pessoas com deficiência, bem como o relato breve de experiência em que a criança vivenciou a inclusão. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 4.

Quadro 4. Subcategoria III

Categoria I - Concepção Materna Sobre a Inclusão		
Subcategoria III - A Importância da Inclusão		
Subcategoria III A Importância da Inclusão	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	4. Pensa que a inclusão é importante? Por quê?	“Sim, para que as crianças “diferentes” possam se sentir especiais, iguais[...].”; “Sim, pois só assim nossas crianças podem ser tratadas como outra criança, sem ser excluídas por causa de alguma deficiência”; “Sim, porque ela traz amor, conhecimento, entendimento e benefícios para nós mães atípicas e para nossos filhos”; “Sim! Para que as pessoas entendam que apesar da deficiência, nossos filhos são crianças e não monstros”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Quadro 4. Subcategoria III (continuação)

Categoria I - Concepção Materna Sobre a Inclusão Subcategoria III - A Importância da Inclusão		
Subcategoria III A Importância da Inclusão	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	5. Lembra de alguma experiência de inclusão que seu/sua filho(a) vivenciou? Conte brevemente.	<i>“Sim, quando ele chegou na escola foi bem acolhido e respeitado pelos professores e colegas.”;</i> <i>“Em um momento de algumas crises, as pessoas ao redor, ao invés de criticar, acolheram com um abraço. E a situação foi contornada.”;</i> <i>“Inclusão? Xiii, já tentaram, mas na primeira mudança de comportamento o retiraram [...]”;</i> <i>“Não, infelizmente tenho sempre que estar lembrando as pessoas e explicando o porquê do comportamento diferente do meu filho nos locais”.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 4, foi abordada a perspectiva das mães sobre a importância da inclusão, bem como experiências pessoais que os seus filhos tenham vivenciado. A questão 4 obteve todas as respostas positivas, de modo que as participantes ressaltaram diferentes aspectos dos benefícios que podem ser garantidos por meio da inclusão, que podem ser consultados no quadro anterior.

Na questão 5, em que foi pedido às participantes que relatassem experiências de seus filhos, as respostas foram mistas, no sentido de que algumas participantes puderam recordar momentos em que seus filhos vivenciaram a inclusão, enquanto que a maioria das participantes falou mais sobre como essas experiências podem ser incomuns, e sobre as dificuldades que elas encontram para fazer essas pessoas entenderem a importância de certas práticas inclusivas.

Em primeiro lugar, a respeito do entendimento das participantes sobre a inclusão, pôde-se identificar, na subcategoria de Definição de Inclusão, elementos como a importância da igualdade e da garantia de socialização para as crianças atípicas. Esses elementos são explicitamente discutidos e reconhecidos como necessários para inclusão na legislação brasileira, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão (2015) e da própria Constituição Federal (1988).

Na literatura, a inclusão é discutida em trabalhos como o de Deus *et al.* (2021), em que é apresentada a ideia de que ela deveria se orientar sobretudo pela busca da não exclusão. Por outro lado, o estudo de Edwards *et al.* (2021) destaca a importância de se pensar estratégias que garantam a socialização para todas as crianças, independentemente das suas condições.

Ainda a respeito disso, a importância da socialização pode ser discutida em termos do seu papel no desenvolvimento infantil, como na formação de hábitos e habilidades que tornam os indivíduos membros funcionais e produtivos de uma sociedade (Papalia & Martorell, 2022).

Em segundo lugar, a falta de conscientização, tecnicamente chamada de barreiras atitudinais (LBI, 2015), foi considerada, pelas participantes, um obstáculo ainda a ser vencido no campo da inclusão. Evidencia-se ainda hoje a presença do preconceito e da escassa busca por conhecimento por parte da sociedade a respeito do tema, algo que, como observado nas respostas, parece afetar diretamente a experiência de pessoas e famílias que vivem esta realidade no dia a dia. O problema da falta de conscientização é ressaltado no trabalho de Deus *et al.* (2021), em que o autor reconhece a necessidade de uma compreensão plena e conceitual a respeito da inclusão.

Mais que isso, essa compreensão é construída a partir, também, da subjetividade das experiências vivenciadas por estas pessoas e estas famílias (Deus *et al.*, 2021), de modo que pesquisas neste campo devem considerar não somente discussões teóricas e mais técnicas do assunto, mas também a perspectiva e o entendimento de indivíduos que lidam diretamente com essas questões no cotidiano.

O problema da falta de conscientização como causa que agrava a exclusão tem sido, também, abordado no contexto das instituições religiosas. No trabalho de Uchimura *et al.* (2021), a persistência de barreiras que prejudicam a inclusão de crianças nestas instituições foi associada à falta de informação, bem como à manutenção de padrões ultrapassados de mentalidade em relação às pessoas com deficiência. Ressalta-se, além disso, que estes padrões de mentalidade refletem o preconceito e a discriminação destas crianças, causando impacto direto não somente na saúde mental das crianças, como dos membros do núcleo familiar (Uchimura *et al.*, 2021).

Em terceiro lugar, pôde-se perceber que, na concepção geral das participantes, a importância da inclusão é evidente. Em específico, as mães ressaltaram uma busca por pertencimento, no sentido de que os seus filhos merecem fazer parte da sociedade e das atividades comuns às crianças, sem serem excluídas por conta das suas condições. Esses fatores podem ser entendidos em termos de socialização, um processo fundamental no desenvolvimento humano, das estruturas cognitivas às estruturas emocionais (Papalia & Martorell, 2022). Embora seja evidente a importância da inclusão, as mães relataram, na questão 5, que as experiências com inclusão são pouco frequentes.

Visando atender o segundo objetivo específico (descrever as principais necessidades das crianças atípicas ligadas ao diagnóstico) foram consideradas as respostas das participantes nas questões 6 a 11 (ver APÊNDICE B). Com a finalidade de melhor identificar os eixos de discussão para o trabalho, essa primeira categoria foi organizada em três subcategorias, descritas no quadro 1.

A Subcategoria I foi intitulada *Aspectos Diagnósticos* e contemplou a questão 6. No que se refere ao *corpus*, foi englobado o aspecto diagnóstico da criança, bem como a identificação de qual deficiência. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 5.

Quadro 5. Subcategoria I

Categoria II - Necessidades das Crianças Atípicas Subcategoria I - Aspectos Diagnósticos		
Subcategoria I Aspectos Diagnósticos	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	6: Seu/sua filho(a) tem algum diagnóstico fechado? Se sim, indique qual.	“Sim, TEA”; (6) “Sim, TDAH”; (1) “Sim, TEA e TDAH”. (2)

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 5, o objetivo foi identificar se os filhos das participantes apresentavam algum diagnóstico fechado. Em caso positivo, perguntou-se qual seria o diagnóstico. Das respostas obtidas, 6 participantes relataram ter filhos com *Transtorno do Espectro Autista (TEA)*, 1 participante relatou ter filho com *Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)*, e 2 participantes relataram ter filhos com *TEA e TDAH*.

A Subcategoria II foi intitulada *Condições Específicas da Criança* e contemplou as questões 7, 8, 9, 10. No que se refere ao *corpus*, foram englobados aspectos de socialização da criança, quais situações a deixam desconfortável ou inseguro(a), se a criança necessita de suporte/apoio para realizar atividades da vida diária (ex: ir ao banheiro, alimentar-se, subir escadas, deslocar-se de um lugar para outro, ou outra), e se existem outras necessidades de suporte/apoio à criança, ligadas ao seu diagnóstico. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 6.

Quadro 6. Subcategoria II

Categoria II - Necessidades das Crianças Atípicas Subcategoria II - Condições Específicas da Criança		
Subcategoria II Condições Específicas da Criança	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	7: A sua criança costuma interagir com as demais? (Ex: brincar, conversar). Comente brevemente como ocorrem essas interações.	“Sim, brinca e conversa normalmente e é extremamente carinhosa, mas muito sincera, sem filtros, o que pode acabar magoando outras crianças”; “Agora sim, antes não. Mas com a inclusão e acolhimento que ele teve, hoje interage bastante”; “Não ...”.
	8:Quais situações deixam seu/sua filho(a) desconfortável ou inseguro(a)?	“Gritos, olhares e ser contrariado”; “[...] muita gente ao redor e lugar fechado”; “Quando se sente excluída por outras crianças [...]”; “Barulho e mudança de rotina fazem ele entrar em crise”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Quadro 6. Subcategoria II (continuação)

Categoria II - Necessidades das Crianças Atípicas Subcategoria II - Condições Específicas da Criança		
Subcategoria II Condições Específicas da Criança	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	9: Seu/sua filho(a) tem necessidade de apoio/suporte para realizar algumas das atividades da vida diária? Se sim, marque quais delas.	<i>“Ir ao banheiro”;</i> <i>“Subir escadas e deslocar-se de um lugar para outro”;</i> <i>“Comer sozinho e outro tipo de necessidade”;</i> <i>“Não tem necessidade de apoio”.</i>
	10: Você percebe que existem outras necessidades de apoio em seu/sua filho(a) ligadas ao diagnóstico? Se sim, indique quais.	<i>“Sim, tem muito medo de tudo, não gosta de escovar os dentes”;</i> <i>“Sim, para tomar banho, se vestir e após fazer cocô [...]”;</i> <i>“Sim, controlar a ansiedade, inquietação e pensar antes de falar”.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 6, o objetivo foi descrever as condições específicas das crianças atribuídas à deficiência, desde os aspectos sociais às necessidades de apoio e suporte em atividades da vida diária. A questão 7 abordou sobre a interação social da criança, bem como a forma em que ocorre a interação. As respostas nesta alternativa foram diversificadas em relatos positivos e negativos.

Na questão 8, em que se perguntou a respeito dos contextos específicos nos quais seus filhos sentiram algum desconforto, evidenciou-se como crianças atípicas podem apresentar necessidades e condições distintas. Esse padrão de diversidade foi observado, também, nas questões 9 e 10, nas quais foram consultadas as necessidades de apoio mais específicas dos seus filhos.

A Subcategoria III foi intitulada *Atividades e Preferências* e contemplou a questão 11. No que se refere ao *corpus*, foi englobado o aspecto de relatar, em poucas palavras, atividades

que a criança gosta de fazer. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 7.

Quadro 7. Subcategoria III

Categoria II - Necessidades das Crianças Atípicas Subcategoria III - Atividades e Preferências		
Subcategoria III Atividades e Preferências	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	11: Descreva, em poucas palavras, atividades que seu/sua filho(a) gosta de fazer:	<i>“Brincar, jogar bola e contar história”;</i> <i>“Pintar, escrever, percepção auditiva e visual, idiomas, desenhar, memorização e tocar bateria”;</i> <i>“Brincar de boneca, andar de bicicleta, correr, pular e girar”;</i> <i>“[...] ir à praia...”;</i> <i>“[...] brincar com letras e números, coisas de encaixe, tomar banho de piscina”.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 7, em que foi abordado quais atividades e preferências das crianças, houve uma descrição ampla, e por vezes comum, dos gostos e peculiaridades de cada uma dessas crianças. As mães elencaram nesta questão atividades como brincar de jogar bola, boneca, pintura, contação de história, escrever, percepção auditiva e visual, idiomas, desenhar, memorizar, tocar instrumento, andar de bicicleta, correr, pular, girar, brincar com letra e números, peças de encaixe e tomar banho de piscina e praia.

Em primeiro lugar, considerou-se as deficiências das crianças de acordo com o diagnóstico. Como pode ser observado nas respostas da subcategoria Aspectos Diagnósticos, todas as participantes relataram ter filhos com alguma deficiência (*TEA*, *TDAH* ou ambos). No que se refere às necessidades dos filhos, pôde-se realizar, a partir das respostas da subcategoria Condições Específicas da Criança, a observação mais notável foi a de uma considerável

diversidade, no sentido de que estas necessidades diferem significativamente de criança para criança.

Na questão 8, as mães trouxeram informações sobre situações que deixam os seus filhos desconfortáveis. Observou-se que, por exemplo, fatores comuns em ambientes com muitas pessoas (como barulho) foram relatados com frequência nas respostas das participantes. De fato, maior sensibilidade ao barulho é um sintoma comum em indivíduos com *TEA*, conforme observado no *DSM-5-TR* (2023).

Um elemento importante de discussão que pode ser extraído das respostas dessas questões está associado à ideia de diversidade. É evidente, com base nas respostas obtidas, que mesmo em um grupo pequeno de crianças, as condições e necessidades variam significativamente. Num certo sentido, isso se traduz na importância de um trabalho de inclusão que seja pensado de um modo que contemple todas essas condições e necessidades. O estudo de Plaisance (2015) apresenta uma nova perspectiva a respeito da noção de *adaptação*, a partir da qual o autor entende que são as instituições que devem adaptar suas estruturas à realidade das crianças, e não o contrário.

Na prática, o entendimento apresentado por Plaisance (2015) enfrenta alguns desafios e obstáculos relevantes. Um destes desafios é, por exemplo, fazer com que haja adesão por parte das crianças nas atividades propostas. Como discutido anteriormente, a inclusão consiste em garantir que todos os indivíduos estejam aptos a fazer parte do ambiente, independentemente das suas condições (Deus *et al.*, 2021). É evidente, por outro lado, que a participação de indivíduos pode exigir, também, um componente motivacional. Na subcategoria atividades e preferências, pôde-se observar que as crianças tendem a apresentar interesses específicos, os quais podem ser utilizados como pontos de partida para se pensar estratégias inclusivas mais alinhadas com a realidade das crianças que fazem parte da igreja.

Visando atender o terceiro objetivo específico (mapear as concepções das mães sobre as práticas inclusivas dentro da igreja) foram consideradas as respostas das participantes nas questões 12 a 16 (ver APÊNDICE B). Com a finalidade de melhor identificar os eixos de discussão para o trabalho, essa primeira categoria foi organizada em três subcategorias, descritas no quadro 1.

A Subcategoria I foi intitulada *Participação das Crianças nas Atividades* e contemplou a questão 12. No que se refere ao *corpus*, foi englobado o aspecto de identificar se a criança costuma participar e se envolver nas atividades propostas para o ministério infantil na igreja local. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 8.

Quadro 8. Subcategoria I

Categoria III - Concepção Materna Sobre a Inclusão na Igreja Subcategoria I - Participação das Crianças nas Atividades		
Subcategoria I Participação das Crianças nas Atividades	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	12: Seu/sua filho(a) costuma participar das atividades propostas para as crianças na sua igreja? Comente sobre isso.	“Não gosta, ele diz que repetem a mesma coisa de sempre que ele já sabe [...]”; “Às vezes, pois ela não para quieta e eu acabo não deixando participar de alguma atividade para não incomodar os outros”; “Sim, antes não participava porque ainda não estava interagindo, mas agora é bem participativo!”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 8, buscou-se investigar as especificidades relativas à participação dos filhos na igreja. Pôde-se identificar uma abrangência nas respostas, 4 participantes descreveram que seus filhos não gostam de participar, 2 mães relataram que a participação ocorre de forma esporádica, e 3 mães afirmaram que seus filhos participam do que é proposto.

A Subcategoria II foi intitulada *Estrutura e Suporte da Igreja* e contemplou as questões 13, 14 e 15. No que se refere ao *corpus*, foram englobados aspectos de avaliar se as mães consideram a estrutura física da igreja adequada às necessidades do(a) seu/sua filho(a), quais ações podem ser adotadas na igreja para melhorar a inclusão da criança, e se consideram os voluntários do ministério infantil capacitados para incluir os seus filhos. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 9.

Quadro 9. Subcategoria II

Categoria III - Concepção Materna Sobre a Inclusão na Igreja		
Subcategoria II - Estrutura e Suporte da Igreja		
Subcategoria II Estrutura e Suporte da Igreja	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	13: Avalia que a estrutura física da igreja está adequada às necessidades do(a) seu/sua filho(a)? Descreva brevemente.	“A minha igreja não tem estrutura nenhuma para a necessidade das nossas crianças especiais”; “Não, infelizmente não, falta estrutura nas salinhas, como brinquedos educativos, algo que incentive eles a estarem bem e confortáveis para aprenderem a palavra de Deus!”; “Não, pois as salas são pequenas, acaba estressando as crianças”; “Não, [...] necessita de pessoas especializadas, materiais e atividades específicas”.
	14: Quais ações podem ser adotadas na sua igreja para que seu/sua filho(a) seja melhor incluído(a)?	“[...] pessoas com qualificação para cuidar, compreender e ajudar a inclui-los...”; “Empatia! Envolver eles em atividades para que possam participar e se sentirem acolhidos, amados e respeitados”; “Poderia ter um treinamento e palestras para ajudar as tias, como abordar e como fazer [...]”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Quadro 9. Subcategoria II (continuação)

Categoria III - Concepção Materna Sobre a Inclusão na Igreja		
Subcategoria II - Estrutura e Suporte da Igreja		
Subcategoria II Estrutura e Suporte da Igreja	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	15: Considera que os voluntários do ministério infantil se sentem preparados para incluir seu/sua filho(a)? Por quê?	“Não. Por que nem tentam incluir, não tem estratégia, só sabem impor [...]”; “Nem todos! Alguns precisam ser orientados sobre isso”; “Não, [...] eles não recebem o apoio necessário para isso”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 9, as questões foram pensadas para se obter uma melhor compreensão a respeito de como as mães percebem aspectos estruturais e de suporte da igreja. Na questão 13, as respostas das participantes evidenciaram como a estrutura física da igreja não contempla as necessidades dos seus filhos, ressaltando o baixo conforto das salas e a falta de recursos lúdicos.

Além de aspectos meramente estruturais, pôde-se identificar na questão 14 o reconhecimento, por parte das participantes, da importância da presença de pessoas qualificadas que não só atuem diretamente com as crianças, mas que promovam, também, momentos de capacitação de outros voluntários da igreja. Isso é reforçado nos dados obtidos a partir da questão 15, na qual se pergunta a respeito do quão capacitados para lidar com os seus filhos são os voluntários do ministério infantil. As participantes relataram não haver preparo por parte desses voluntários.

A Subcategoria III foi intitulada *Visão Sobre o Papel da Psicopedagogia* e contemplou a questão 16. No que se refere ao *corpus*, foi englobado o aspecto de compreender a visão das mães acerca da atuação psicopedagógica para favorecer a inclusão na igreja. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 10.

Quadro 10. Subcategoria III

Categoria III - Concepção Materna Sobre a Inclusão na Igreja		
Subcategoria III - Visão Sobre o Papel da Psicopedagogia		
Subcategoria III Visão Sobre o Papel da Psicopedagogia	Questões	Exemplos de respostas das mães às questões
	16: Acredita que o profissional da psicopedagogia poderia atuar para favorecer a inclusão em sua igreja? Se sim, como pensa que essa atuação poderia ocorrer?	“Sim, com oficinas para as tias, com estratégias que pudessem seguir [...]”; “Sim, com palestras para orientar os pais e as tias a como lidar com as crianças especiais”; “Sim, dando suporte às nossas crianças e encontrando o melhor método para aprenderem a palavra de Deus”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na subcategoria descrita no Quadro 10, o qual abrange a concepção das participantes no que se refere à atuação psicopedagógica como ferramenta de colaborar para a inclusão na instituição, obteve-se apenas respostas positivas. As participantes também mencionaram possibilidades de como a atuação poderia proceder, dentre as quais foram propostas oficinas, palestras, treinamento tanto para os voluntários do ministério infantil quanto para os pais, por meio de orientação, suporte e planejamento de métodos e estratégias para garantir as práticas inclusivas na igreja.

Em primeiro lugar, considerou-se a participação das crianças atípicas nas atividades promovidas pela instituição na qual estão inseridas, como pode ser visto nas respostas da subcategoria I. Nas respostas observadas, foi possível perceber como os fatores que influenciam o engajamento podem variar significativamente de uma criança para a outra. Dessa forma, pode-se enfatizar alguns dos fatores relatados que interferem diretamente na interação e engajamento dessas crianças nas atividades propostas, como o caráter repetitivo de algumas atividades da igreja.

Esse eixo de discussão é importante devido ao fato de que um trabalho de inclusão deve ser pensado como uma proposta de adaptação das instituições às necessidades das crianças atípicas, e não o contrário (Plaisance, 2015). Parte dessa adaptação é a nível de estrutura física

(Deus *et al.*, 2021). Como observado nas respostas da questão 13, as participantes consideraram este um problema dentro da igreja, citando que as salinhas das crianças são carentes de uma estrutura física adequada e escassez de materiais que sirvam como recursos pedagógicos.

Outro aspecto importante do preparo institucional para garantia de inclusão das crianças atípicas é o preparo dos voluntários que atuam na instituição. Na subcategoria II, as participantes relataram que os voluntários que atuam no ministério infantil da igreja não possuem preparo suficiente para lidar com as demandas e necessidades dos seus filhos. A importância de se ter voluntários devidamente capacitados para a realidade das crianças atípicas é discutida no trabalho de Banks (2019), no qual a autora identifica como possibilidades a contação de história e dinâmicas adaptadas para inclusão de crianças com TEA na igreja.

Quanto às possibilidades para aumentar o preparo destes voluntários, na questão 14 foram ressaltadas pelas participantes ações como treinamentos e palestras, bem como atividades que promovam a conscientização e o aumento da empatia. Na literatura, possibilidades neste processo de capacitação são discutidas. Por exemplo, no estudo de Uchimura *et al.* (2021), é destacada a elaboração de materiais adaptados, bem como momentos de conscientização de líderes e voluntários. Estas práticas, segundo a autora, podem contribuir para tornar a igreja um ambiente mais inclusivo, permitindo o pleno direito de exercício da espiritualidade (Uchimura *et al.*, 2021).

Ainda com relação a esse processo de capacitação de voluntários, as participantes reconheceram a psicopedagogia como um meio para alcançar estes objetivos, como pode ser observado nas respostas da questão 16. Em específico, as mães citaram oficinas para pais e voluntários do ministério infantil, palestras sobre como lidar com certas demandas, e mesmo participação na elaboração de métodos de ensino adaptados à realidade das crianças atípicas.

A atuação psicopedagógica em contextos institucionais com o objetivo de conscientizar e contribuir para construção de métodos pedagógicos mais inclusivos é discutida em outros estudos. No trabalho de Cunha (2020), o autor discute práticas educativas numa abordagem psicopedagógica voltadas ao ambiente escolar e familiar, as quais podem se enquadrar em um currículo adaptado com atividades funcionais. Estas atividades podem trabalhar memória e atenção, comunicação e expressão verbal ou não-verbal, vida afetiva, sentidos e aptidões (visual, tátil), bem como a intervenção com a família que evidencia na conscientização de que a cooperação por parte dela é fundamental para o processo inclusivo dentro da igreja (Cunha, 2020).

Outro estudo relevante neste campo é o de Brandão (2023), em que a autora aborda a concepção dos líderes voluntários acerca da inclusão de crianças com deficiência nas instituições religiosas, sob uma perspectiva psicopedagógica. Ressalta-se, no trabalho, a possibilidade da psicopedagogia como ferramenta para auxílio e suporte de pais e voluntários no que se refere à implementação de práticas inclusivas dentro da igreja (Brandão, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as concepções de mães de crianças atípicas a respeito das práticas inclusivas em uma igreja evangélica do município de Cabedelo/PB. Como observado anteriormente, o objetivo proposto foi alcançado.

Em primeiro lugar, pôde-se observar que, no contexto das instituições religiosas, o problema das barreiras atitudinais pode ainda representar um obstáculo a se enfrentar. Em segundo lugar, evidenciou-se que, mesmo quando a deficiência está associada ao mesmo diagnóstico, crianças atípicas podem apresentar necessidades e preferências distintas. Em terceiro lugar, observou-se que, entre as mães de crianças atípicas, há o reconhecimento da importância de intervenções com objetivo de construir um ambiente mais inclusivo nas igrejas. Por fim, a possibilidade da atuação psicopedagógica foi ressaltada pelas participantes como um meio de se promover estas intervenções.

No que diz respeito às contribuições do estudo, destaca-se o enriquecimento da literatura sobre práticas inclusivas no contexto das instituições religiosas, um passo importante para torná-las ambientes mais adaptados à realidade de crianças atípicas. No aspecto social, é fundamental que as mães sejam ouvidas a respeito do tema, visto que elas lidam diretamente com a realidade das crianças atípicas, e tendem a sofrer mais com a falta de conscientização e estrutura institucional.

Quanto às limitações do estudo, um dos pontos identificados foi que a amostra era representativa somente de crianças com *TEA* e *TDAH*. Para um entendimento mais global a respeito da concepção das mães a respeito da inclusão, é fundamental que sejam consideradas as perspectivas de mães de crianças com outros tipos de deficiência.

Partindo das limitações do presente estudo e das possibilidades de continuidade no campo, sugere-se que sejam conduzidos estudos com mães de crianças com outros tipos de deficiência, bem como pesquisas que possam ser realizadas com outros responsáveis e/ou cuidadores.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Desmistificando a inclusão. **Revista Psicopedagogia**, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005.
- BANKS, Helen Cristian. Transtorno do espectro autístico: desafio ministerial. **Protestantismo em Revista**, v. 44, n. 2, p. 111-138, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERTOLDI, Franciele Stolf; BRZOZOWSKI, Fabiola Stolf. O papel da psicopedagogia na inclusão e na aprendizagem da pessoa autista. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 114, p. 341-352, 2020.
- BRANDÃO, Gabriele Stefanie. **A inclusão de crianças com deficiência nas instituições religiosas ligadas à denominação evangélica: uma colaboração psicopedagógica**. Orientadora: Célia Maria Cruz Marques. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Psicopedagogia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 30. 2023.
- BRASIL, MEC. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Revista de Educação Especial. Brasília: SEESP/MEC, 2008.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.
- BRASIL. Lei 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Lei nº 10.825, de 11 de março de 2003. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 mar. 2003. Seção 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. [Brasília]: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 07 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CABRAL, Cristiane Soares; FALCKE, Denise; MARIN, Angela Helena. Relação Família-Escola-Criança com Transtorno do Espectro Autista: Percepção de Pais e Professoras. *Revista brasileira de educação especial*, v. 27, p. e0156, 2021.

COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina. Inclusão de pessoas com deficiência: a responsabilidade social das igrejas. *Revista Caminhando*, v. 16, n. 2, p. 65-76, 2011. CUNHA, Antônio Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Digitaliza Conteúdo, 2020.

CRIPPA, José Alexandre de Souza (coord.). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5, texto revisado. Porto Alegre: Artmed Editora LTDA, 2023.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Investigar em educação*, v. 2, n. 1, 2014.

DA SILVA SOUZA, Rosângela Pereira; DE MELO AUGUST, Mariluce Emerim. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UMA TEOLOGIA BÍBLICA DE INCLUSÃO. *Revista Cógno*, v. 1, n. 1, p. 100-117, 2019.

DE DEUS DEUS, Andreia Florencio Eduardo; DA SILVA, Viviane Sirineu; MALACARNE, Vilmar. O CONCEITO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS FALAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL. *Revista Valore*, v. 6, p. 182-195, 2021.

DE LIMA, Júlia Dias et al. Desafios da Inclusão no Brasil: A Dificuldade da Educação Inclusiva dos Alunos com Deficiência nas Escolas Brasileiras. *CADERNO DISCENTE*, v. 8, n. 1, p. 72-80, 2023.

DE SOUZA PELOGIA, Eugênia Chaves; BARBOSA, Laura Monte Serrat. UM OLHAR E UMA ESCUTA PARA A DIFERENÇA.

Edwards, Brydne M., Cameron, Debra, King, Gillian, & McPherson, Amy C. (2021). Contextual strategies to support social inclusion for children with and without disabilities in recreation. *Disability and rehabilitation*, 43(11), 1615-1625.

FERNÁNDEZ, Alicia. Os idiomas do aprendente. *Porto Alegre: Artmed*, p. 51-62, 2001.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. *Revista de Educação*, p. 5-20, 2008.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. *Sion: Institut International des Droits de 1° Enfant*, p. 1-11, 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência têm melhor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Rio de Janeiro, 2023.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com%20defici%C3%Aancia%20no,defici%C3%Aancia%2C%20da%20Pnad%20Cont%C3%ADnua%202022>. Acesso em: 13 ago. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional de saúde: 2019: análise dos resultados: pessoas com deficiência. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. p. 27. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Summus editorial, 2023.

MENEZES, Gabriela Bassotto; MACHADO, Louise da Silveira Pedrotti; SMEHA, Luciane Najjar. A atuação psicopedagógica diante do processo de aprendizagem de crianças com autismo. *Disciplinarum Scientia| Ciências Humanas*, v. 16, n. 1, p. 1-11, 2015.

NABUCO, Maria Eugênia. Práticas institucionais e inclusão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, p. 63-74, 2010.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Editora AMGH, 2022.

PLAISANCE, Eric. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, v. 38, n. 2, p. 230-238, 2015.

RAMOS, André Luiz. Escola dominical: história e situação atual. 2013.

SILVA, Denise dos Santos Vasconcelos; SOUSA, Francisco Cavalcante de. Direito à educação igualitária em tempos de pandemia: desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 6, n. 4, p. 961-979, 2020.

SILVEIRA, Carlos Henrique da Silva. Educação Ambiental em Igrejas: a potencialidade da Escola Bíblica Dominical para a formação de valores ambientais em adolescentes. In: nan. Santa Teresa, 2020.

STRELHOW, Thyeles Moratti Precilio Borcarte. As influências conceituais do cristianismo sobre a deficiência: o papel do Ensino Religioso na construção de sujeitos de direitos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 275-284, 2018.

UCHIMURA, Mayana Hikari; EGG, Fernanda Marinho Gonçalves; DE PAULA JUNIOR, Eugenio Pereira. Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto religioso. **The ESPecialist**, v. 42, n. 1, 2021.

VALLE, João Edênio dos Reis. Religião e espiritualidade: um olhar psicológico. **Psicologia e espiritualidade. São Paulo: Paulus**, v. 108, 2005.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Prezada colaboradora,

A presente pesquisa visa compreender as concepções de mães de crianças atípicas, com idades de 2 a 11 anos, sobre as práticas inclusivas na igreja evangélica da cidade de Cabedelo. Por favor, leia atentamente as instruções e responda conforme seu julgamento, sem deixar qualquer das questões em branco. Esclarecemos que não existem respostas certas ou erradas, assim, é importante para o desenvolvimento adequado deste estudo que seja a mais sincera possível. Para que você possa respondê-lo com a máxima sinceridade e liberdade, queremos lhe garantir o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas. Sua participação é voluntária e, desta forma, garantimos o seu direito de desistir em qualquer etapa da pesquisa sem nenhum tipo de prejuízo. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto nas resoluções 466/12 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Por fim, nos colocamos à sua inteira disposição para esclarecer qualquer dúvida que necessite (Pesquisadora: eduarda.ataide3@academico.ufpb.br; Orientadora: celia.chaves@academico.ufpb.br).

Termo de Consentimento

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da Profª. Drª. Célia Maria Cruz Marques, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos.

João Pessoa, ____ de _____ de ____.

Assinatura da participante

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Questionário Sociodemográfico

Sobre a mãe/responsável:

1. Idade;
2. Estado civil;
3. Grau de escolaridade;
4. Profissão;
5. Quantos filhos têm;
6. Membro da igreja? Se sim, há quanto tempo?
7. Participa de algum ministério/departamento?

Sobre o(a) filho(a):

1. Idade;
2. Ano escolar;
3. Frequenta a igreja? Se sim, há quanto tempo?

Roteiro de Entrevista

- 1) Antes de ter um filho com deficiência, já tinha ouvido falar sobre inclusão?
- 2) Em suas palavras, como a inclusão pode ser definida?
- 3) Acredita que as pessoas em nossa sociedade compreendem do que se trata a inclusão?
- 4) Pensa que a inclusão é importante? Por quê?
- 5) Conte brevemente alguma experiência de inclusão que seu/a filho/a vivenciou.
- 6) Seu filho(a) tem algum diagnóstico fechado? Se sim, indique qual.
- 7) A sua criança costuma interagir (seja brincar, conversar) com as demais?

8) Quais situações deixam seu/sua filho(a) desconfortável ou inseguro(a)?

9) Seu/sua filho(a) tem necessidade de apoio/suporte para realizar alguma das atividades da vida diária? Ex: ir ao banheiro; se alimentar; subir escadas; se deslocar de um lugar para outro.

10) Você percebe que existem outras necessidades de apoio em seu/sua filho(a) ligadas ao diagnóstico?

11) Descreva, em poucas palavras, atividades que seu/sua filho(a) gosta de fazer.

12) Seu/sua filho(a) costuma participar das atividades propostas para as crianças na sua igreja?

13) Avalia que a estrutura física da igreja está adequada às necessidades do seu/sua filho(a)?

14) Quais ações podem ser adotadas na sua igreja para que seu/sua filho(a) seja melhor incluído(a)?

15) Considera que os voluntários do ministério infantil se sentem preparados para incluir seu/sua filho(a)?

16) Acredita que o profissional da psicopedagogia poderia atuar para favorecer a inclusão em sua igreja?

AGRADECIMENTOS

A minha profunda gratidão e total devoção, ao Deus Triúno.

“Ao Rei eterno, imortal e invisível, o único Deus — a ele sejam dadas a honra e a glória, para todo o sempre! Amém!” (1 Timóteo 1:17).

Ao Filho, o Cristo, pois “Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação. Ele é antes de todas as coisas, e nele tudo subsiste” (Colossenses 1:15,17).

E, ao Espírito Santo, àquele que me capacita em meu chamado e propósito, que me ensina a verdade e que intercede por mim! (João 14:26; Romanos 8:26).

Agradeço imensamente à minha Mãe (*em memória*), por ter me instruído pelo melhor caminho, por nunca ter medido esforços quanto à educação proporcionada. A senhora não está aqui para testemunhar, mas seu legado permanece em mim e através de mim. Obrigada, pois seu exemplo e suas palavras ainda ecoam nos meus dias, e tem me tornado e aperfeiçoado a pessoa que sou! Esta conquista é nossa, mãe! Sem seus ensinamentos eu jamais teria chegado aqui. Sei que muito em breve te verei na eternidade, pois você é a minha maior saudade. Eu te amo, e te honrarei, até que Ele venha!

Agradeço aos meus pais: Ermírio (meu pai) e Marcos (meu padrasto e pai do coração), a quem chamo carinhosamente de Preto, pois no momento mais difícil da minha vida fizeram o possível e o impossível para encontrar forças e darem seguimento à jornada, me incentivando e dando apoio da melhor forma. Amo vocês!

À minha querida Vovó Nevinha, que afirma com tanto amor e carinho: “vó é mãe duas vezes”. Eu honro a sua vida, porque é a mulher mais forte e sábia que conheço nesta terra, que nunca mede esforços e presta incessantemente atos de serviço de modo extraordinário. Obrigada por tudo, vovó! A senhora é a minha rainha. Eu te amo demais!

Aos meus irmãos: Jonathan, Marjorie, Stefany e Marcos Filho, foi através de vocês que compreendi o que é amor. Diariamente, sem saber, vocês me ensinam sobre renúncia e disciplina, ternura e afeto, empatia e entrega. Vocês forjam o meu caráter e moldam as arestas mais duras do meu ser. Vocês me inspiram a crescer e a me mover em busca de transformar o mundo em volta. Meu desejo é que possam alçar voos maiores que os meus!

Amo vocês de uma forma inexplicável!

Agradeço profundamente a toda minha família que sempre estiveram presente com gestos de carinho e afeto, ou palavras de incentivo que me deram forças e ânimo para prosseguir! Vocês são referências para mim, cada um em aspectos distintos com seu jeitinho e peculiaridades, obrigada por tanto! Amo vocês!

Agradeço ao meu namorado, meu digníssimo Matheus. Ter você é obter calma em momentos tempestuosos, é receber o afago e aconchego de que preciso em dias turbulentos. Mas também, é ter a certeza do embalo e do sorriso que contagia em momentos de alegria, é o convite a dançar nesta vida conforme o pulsar do coração. Obrigada por acreditar em mim, e por me fazer enxergar o meu potencial! Obrigada por dividir todo o fardo comigo e tornar todo o processo mais leve! Tenho tanto para te agradecer, que palavras não são suficientes. *Ich Liebe Dich!* Até que Ele venha!

Agradeço a todos os meus amigos, vocês são parte da minha história! Vocês me viram crescer, desenvolver e amadurecer em muitos aspectos da vida, sempre me estenderam a mão, me transmitiram força e me impulsionaram a avançar e nunca retroceder. Esta vitória é nossa! Vocês são verdadeiros irmãos, amo cada um!

À Profª Célia, minha orientadora, mulher, mãe, amiga e pessoa extraordinária! Obrigada por ser esta profissional empática, competente e que transmite uma riqueza de conhecimentos em sua essência. Obrigada por toda a atenção e zelo, paciência e encorajamento, palavras de incentivo e de conforto! Obrigada por aceitar tratar deste tema tão negligenciado pela sociedade e instituições, e enviesado pela academia! Obrigada por ser esta mulher cheia de Deus, que nos motiva, direciona, corrige e acredita!

Agradeço à minha banca, Profª Amanda e Flávia, por aceitarem prontamente o convite e pela dedicação à leitura e correção, bem como as suas contribuições que irão aprimorar este trabalho! Vocês estarão sempre presentes em minha memória! Obrigada por toda a ética, compromisso, doçura e aprendizados repassados ao longo dessa trajetória acadêmica!

Agradeço a todas as crianças, nos estágios, na igreja, e ao longo da minha vida, que foram a maior motivação para desenvolver este trabalho, e caminhar em busca de compreender e ajudar a promover a inclusão nos espaços necessários!

Salmo 126 - Canção

*Há uma nova canção em meus lábios
É uma que eu ainda estou aprendendo a cantar
É que o Senhor restaurou minha sorte
E eu ainda estou como alguém que sonha*

*Estou sonhando os sonhos de Deus
Estou vivendo os sonhos de Deus
Tem uma nova canção em mim
Tem uma nova dança em mim*

*Grandes coisas têm feito o Senhor por nós
Grandes coisas têm feito
Por isso estamos alegres*

*Eu já saí com lágrimas, sim
Agora estou em júbilo
Eu já andei chorando enquanto semeava
Agora volto com frutos*

*Quem diria, que o Senhor faria?
Tudo isso, agora, aqui, comigo?
Quem diria, que eu viveria?
Toda a bondade do Senhor pra mim!*